



Desenvolvimento Regional em Debate
ISSN: 2237-9029
valdir@unc.br
Universidade do Contestado
Brasil

A contribuição do turismo social do SESC para o crescimento e o desenvolvimento da microrregião de Caldas Novas e Rio Quente em Goiás

Barbosa, Ycarim Melgaço; Sena, Sandra Cristine Toribio de; Jardim Filho, José Leopoldo da Veiga

A contribuição do turismo social do SESC para o crescimento e o desenvolvimento da microrregião de Caldas Novas e Rio Quente em Goiás

Desenvolvimento Regional em Debate, vol. 9, núm. Esp.1, 2019

Universidade do Contestado, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570864621008>

DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v9ied.%20esp..2129>

A contribuição do turismo social do SESC para o crescimento e o desenvolvimento da microrregião de Caldas Novas e Rio Quente em Goiás

The contribution of SESC'S social tourism to the growth and development of the microregion of Caldas Novas and Rio Quente in Goiás

Ycarim Melgaço Barbosa ycarim@gmail.com
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

 <http://orcid.org/0000-0002-8038-1581>

Sandra Cristine Toribio de Sena sandrasena19@gmail.com
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

 <http://orcid.org/0000-0003-0341-763X>

José Leopoldo da Veiga Jardim Filho
leopoldoveiga@gmail.com

Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

 <http://orcid.org/0000-0003-1627-1588>

Desenvolvimento Regional em Debate,
vol. 9, núm. Esp.1, 2019

Universidade do Contestado, Brasil

Recepção: 07 Maio 2019
Aprovação: 12 Maio 2019

DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v9ied.%20esp..2129>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570864621008>

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar o turismo social do Sesc como indutor do crescimento e desenvolvimento da Microrregião de Caldas Novas e Rio Quente. Entende-se que o Sesc trabalha para a democratização do acesso ao produto turístico, atuando como agente de inclusão social. Esse esforço para a promoção de oportunidades de lazer para os trabalhadores do comércio de bens e serviços não se resume em um serviço isolado de vendas de excursões, mas pressupõe a integração de todo o equipamento disponível para o aproveitamento do tempo livre.

Palavras-chave: Crescimento, Desenvolvimento, Inclusão Social, Sesc, Turismo social.

Abstract: This article aims to analyze the social tourism of Sesc as an inducer of the growth and development of the Microregion of Caldas Novas and Rio Quente. It is understood that Sesc works for the democratization of access to tourism product, acting as agent of social inclusion. This effort to promote leisure opportunities for workers in the goods and services trade is not limited to an isolated tour sales service but presupposes the integration of all available equipment for the use of free time.

Keywords: Growth, Development, Social Inclusion, Sesc, Social tourism.

INTRODUÇÃO

Mais recentemente, o turismo social tem atraído o interesse de pesquisadores de diversos países, que se preocupam com aspectos que, geralmente, não encontram espaço nas discussões sobre o turismo convencional, tais como inclusão, acessibilidade, solidariedade, dentre outros. Razão pela qual se observa, na atualidade, uma revalorização do tema no ambiente acadêmico, pois um dos maiores e mais notáveis

desafios da sociedade brasileira, em especial, tem sido o enfrentamento das questões da desigualdade e da exclusão social em um cenário democrático, que pressupõe a ampla participação do conjunto de atores sociais.

A realidade tem mostrado, mesmo em um quadro de democracia avançada e de ampla participação social, as recorrentes contradições que afetam a sociedade brasileira, como o desemprego, a expansão da pobreza, a exclusão social, os preconceitos e os processos de discriminação e segregação.

Assim, os debates relacionados com o turismo e a sua relevância como prática social têm sucedido com regularidade em vários campos das ciências, principalmente nas Ciências Humanas, visto que esta se interessa por aquele enquanto campo de conhecimento, por se tratar de uma temática que desperta e estimula o imaginário humano, como a busca por lugares desconhecidos.

A abordagem sobre a origem do turismo não é homogênea, dado que o recorte temporal nas obras dos autores é bastante diverso. Ycarim Barbosa (2005), por exemplo, faz um recuo histórico com o objetivo de abordar a história das viagens e a busca do significado do turismo, resgatando momentos históricos que podem ter sido definidores para a constituição da atividade, como os primeiros deslocamentos nômades, o *grand tour*, o aparecimento e o crescimento da importância dos balneários marítimos, fruto, dentre outros, da modernização dos transportes e das férias remuneradas, e a presença da figura de Thomas Cook.

[...] no decorrer da história as viagens sempre acompanharam o homem. No início em busca da própria sobrevivência: alimentação e vestimenta. Houve viagens longas e árduas, de peregrinos atraídos pela fé; não se fala ainda em viagens de lazer como nos dias de hoje. Os grupos, na Idade Antiga, viajavam em busca de conhecimento (BARBOSA, 2005, p. 89).

Assim sendo, compreender o processo histórico do turismo permite entender as diversas nuances da dinâmica do espaço geográfico; portanto, é apreender o turismo em sua incessante transformação, enxergando-o não somente com base nos aspectos econômicos, mas também através do prisma social.

Diante disso, o presente artigo tem por objetivo analisar o turismo social do Serviço Social do Comércio (Sesc) como indutor do crescimento e desenvolvimento da Microrregião de Caldas Novas e Rio Quente. Entende-se que esta abordagem é de suma importância por se tratar de uma região que tem experimentado vertiginoso crescimento econômico desde os anos 1990 em função do turismo (STACCIARIN; CABRAL; BORGES, 2018).

Contudo, importa mencionar que crescimento econômico não significa crescimento e desenvolvimento em outros contextos. Os conceitos de crescimento e desenvolvimento permeiam os contextos social, econômico e ambiental. Diante disso, limita-se, aqui, ao estudo do contexto social, especificamente o recorte da inserção social.

A procura pela inserção social consiste em um processo de incluir, na esfera social, todas as pessoas que, de certa maneira, encontram-se, por diversas razões, excluídas na sociedade. Essas exclusões são

decorrentes, muitas vezes, dos obstáculos ao acesso aos serviços básicos, como educação, saúde, moradia, lazer; enfim, às políticas públicas muitas vezes inacessíveis a boa parte da população. Portanto, para a inclusão dessa população vários aspectos devem ser considerados, quais sejam: econômicos, políticos, culturais, ambientais e sociais.

Nota-se que o processo de exclusão é cumulativo. Ocorre devido a uma cadeia de privações: baixa renda, nível de escolarização baixa, alimentação deficiente, pouco acesso à saúde, condições de trabalho precárias, falta de moradia, dificuldade de acesso aos serviços públicos, exposição à violência, dentre outros.

Neste contexto, o Sesc, mantido por empresários do comércio de bens, serviços e turismo, representados pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), busca, por meio de suas políticas sociais, minimizar as mais diversas formas de exclusão social, tendo como base o lazer vinculado ao turismo. Lazer esse que proporciona ao cidadão uma vida mais digna e propensa ao crescimento e desenvolvimento social.

Posto isso, nas linhas que se seguem são apresentados a historicidade do turismo, o conceito de turismo social, bem como a análise da atuação do Sesc como indutor do crescimento e desenvolvimento social na microrregião supracitada.

BREVE HISTÓRIA DO TURISMO E SUAS DEFINIÇÕES

A contemporaneidade testemunha um avanço significativo do turismo enquanto tema de pesquisa científica. É possível destacar o esforço de seus pesquisadores em avançar no saber agregado a essa área, como também pontuar o interesse de pesquisadores de ciências contíguas em estudá-lo, em decorrência dos impactos que o turismo produz em seus diferentes objetos de pesquisa (MARANHÃO, 2019, p. 7).

O turismo não é algo à parte do ser humano, pois em algum momento da vida as pessoas realizam atividades diversas, como viagens para visitar parentes ou para descanso, prazer ou lazer, para fuga da realidade, viagem de emprego ou em busca de conhecimento acerca de outras culturas. Essas são algumas das peculiaridades do turismo.

Nota-se que o turismo tem sido uma das atividades econômicas e sociais mais mundializadas. Frente às inúmeras perspectivas, Panosso Netto (2013) explica que existem três visões distintas de turismo, a saber:

Visão leiga: turismo é descanso; conhecimento de novos lugares e pessoas; boa comida e bebida; bronzado novo; status social; fuga do estresse cotidiano; prêmio merecido após um período de trabalho; férias; viagem para longe; não fazer nada estando distante de casa.

Visão empresarial: turismo envolve oportunidade de ter renda e lucros financeiros; empregabilidade para os trabalhadores do setor; busca de investimentos para aumentar um negócio; conjunto de bens e serviços que são oferecidos aos visitantes; elaboração de produtos turísticos para que possam ser transformados em oferta a ser consumida; geração de riquezas na localidade; pensamento estratégico na criação de campanhas de marketing de destinos; trabalho no tempo de lazer dos outros e negócio do ócio.

Visão acadêmico-científica: turismo está relacionado com possibilidade de inclusão social; desenvolvimento de ações para minimizar seus impactos negativos e maximizar os positivos; coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos; produção de conhecimentos críticos na busca de sua melhor compreensão; implantação de políticas públicas de turismo; estudos interdisciplinares que envolvam a sociedade em todos os seus aspectos econômicos, políticos, culturais, sociais e ambientais na busca de resolução de algum problema causado pelas viagens; análise e previsão de tendências de desenvolvimento do turismo (PANOSSO NETTO, 2013, p. 17).

Essas abordagens vão variar de acordo com o olhar que se tem acerca do turismo. Infere-se, portanto, que o turismo é praticado por pessoas que realizam uma atividade específica de lazer, fora das suas respectivas cidades, e se utilizam, para atingir seus objetivos, de equipamentos e serviços cuja prestação constitui um negócio.

O turismo é uma atividade realizada pelos homens em sociedade. Não se pode pensar em turismo considerando o homem como ser isolado. Como atividade realizada em sociedade, tem um importante grau de imprevisibilidade.

Para a compreensão da história do turismo, faz-se necessário perceber as relações de seu desenvolvimento com as mudanças sociais que ocorreram ao longo dos tempos, como o desenvolvimento de rotas marítimas e terrestres, ainda na Grécia Antiga e no Império Romano; as peregrinações desde o início do Cristianismo; a recepção dos viajantes nos mosteiros, tabernas e, depois, pousadas; o avanço técnico que permitiu as grandes navegações; a literatura de viagens; os *grand tours*; o retorno do hábito social das termas; a difusão da ideia de que o banho de mar possui poderes curativos; a Revolução Industrial e o enriquecimento da burguesia; as diligências, as ferrovias e o avanço na engenharia náutica; a criação das agências de viagens; a mudança na concepção dos hotéis; a organização de territórios especificamente para o turismo; a expansão da rede de comunicação; a invenção do automóvel; o transporte aéreo e seu desenvolvimento técnico; a ideia da atividade turística como possibilidade para melhorar a economia de alguns países e as mudanças na legislação trabalhista (NAKASHIMA; CALVENTE, 2016, p. 19).

O TURISMO SOCIAL NO BRASIL

O turismo social no Brasil surgiu como uma proposta de democratizar a experiência turística a indivíduos ou grupos com alguma limitação ou dificuldades de acesso a novas culturas. Por muito tempo, a promessa excluiu muitos trabalhadores, especialmente os de baixa renda, que não encontravam no turismo de massa uma oferta viável de lazer (CHEIBUB, 2013, p. 1).

Muito além de preços mais acessíveis, o turismo social envolve ações de integração social, com roteiros culturais que favorecem o aprendizado, valorizam o patrimônio local, resgatam a história e a compreensão da realidade atual. Ao mesmo tempo, a atividade reforça os vínculos com as sociedades locais, que encontram na atividade uma ferramenta para

impulsionar a economia e o desenvolvimento humano (SESC, 2011, p. 22).

Um dos pilares usados no desenvolvimento do turismo social é a economia solidária, que se caracteriza como um modo de produzir, comprar, vender e trocar sem que nenhum dos lados seja prejudicado. O foco é, portanto, na sustentabilidade dos negócios, procurando garantir a longevidade da atividade, inclusive para as gerações futuras. Por definição, essa economia reverte a lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Observa-se que, na indústria do turismo, a Psicologia Social tem sido bastante utilizada para estudar a experiência de consumo e a influência de pessoas, como trabalhadores, funcionários, gestores, residentes e outros consumidores. Conforme Tang (2014), essa área do conhecimento tem sido definida como uma ciência que analisa e procura compreender a influência do imaginário no pensamento, na experiência e no comportamento do indivíduo.

Devido à sua natureza pragmática, a gestão do turismo utiliza recursos da Psicologia e de outros saberes para fornecer subsídios aos gerentes e outros profissionais da indústria para problemas diversos de gestão, como marketing, pesquisa e desenvolvimento, recursos humanos e administração estratégica.

Atualmente, os estudos sobre a experiência no turismo têm sido ampliados. Conforme Kastenholz et al. (2012), esses estudos são de alta complexidade, envolvendo o emocional e o social, particularmente com relação às interações específicas entre turistas e anfitriões, e o cognitivo, associado às percepções das características do destino, como paisagem, infraestrutura, atrações e *sensescapes*. Assim, o estudo da experiência turística não está restrito aos valores funcionais ou de serviços públicos, visto que incluem dimensões sociais, emocionais, hedônicas e simbólicas, mediadas pelos sentidos.

Para Fernandes (2015, p. 16), “[...] as práticas do turismo social tendem a ser essencialmente expressivas, permitindo a manifestação de sentimentos, de gostos e de preferências. O turista divaga nesse contexto, ao sabor da estimulação de sentimentos”.

Importa ponderar que entrar na cultura urbana permite uma teatralização do cotidiano, com a multiplicação e a excitação das emoções. Os monumentos e os ambientes urbanos consistem em um mundo de sensações, o que faz com que o turismo social crie a sensação de certo nivelamento social, ao permitir o acesso a lugares antes ocupados somente por classes mais privilegiadas.

Ressalta-se, contudo, que o turismo social no Brasil ainda é uma prática pouco promovida pelo Estado em suas políticas públicas, bem como pela iniciativa privada, o que dificulta também que seja realizado pela maioria das pessoas.

A ideia desse tipo de turismo é tornar as viagens mais acessíveis ao maior número de pessoas possível, criando um ambiente de inserção e

respeito, promovendo, por meio de um valor agregado, benefícios sociais e educativos ao turista.

Observa-se que o Comitê Econômico e Social Europeu define turismo social como direito:

Todo mundo tem o direito de descansar diariamente, semanalmente e anualmente, bem como o direito ao tempo de lazer que lhes permite desenvolver todos os aspectos da sua personalidade e sua integração social. Claramente, todos podem exercer este direito ao desenvolvimento pessoal. O direito ao turismo é uma expressão concreta desse direito geral, e o turismo social é impulsionado pelo desejo de garantir que ele seja universalmente acessível na prática (SESC, 2017, p. 68).

Neste sentido, iniciativas que pretendem democratizar as oportunidades de acesso a essas formas particulares de fruição do lazer, tal como o turismo, devem ser analisadas de maneira crítica.

TURISMO COMO VETOR DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

Nos campos social e econômico, os termos crescimento e desenvolvimento foram sinônimos por muito tempo; ocuparam lugar de destaque nas Ciências Sociais e Econômicas, bem como nas discussões relativas às políticas públicas. Com o passar do tempo, cada termo passou a designar ideias próprias, com significados distintos.

O termo crescimento é quantitativo e pode ser medido, por exemplo, pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, pela soma dos preços de todos os bens finais produzidos em um país. Desenvolvimento, por sua vez, é mais do que isso, visto que envolve, segundo Colman e Nixon (1981 apud BAENINGER; CANALES, 2018), o aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores desejáveis pela sociedade. Assim, é possível crescer sem se desenvolver. A análise do desenvolvimento, portanto, deve considerar indicadores como expectativa de vida, natalidade e mortalidade infantil, fertilidade, nível educacional, analfabetismo, dentre outros.

Para Maddison (1995 apud BOLT et al., 2018, p. 36), “[...] crescimento implica em saber quais as razões que tornam uma sociedade mais produtiva”. Crescimento, como mencionado, traz em seu escopo um sentido quase reducionista à economia; refere-se quase sempre a um aumento no produto total na economia, como o que ocorre, por exemplo, em relação ao aumento no produto real per capita.

Com relação ao desenvolvimento, Nyerere (1974 apud GALLO, 2017, p. 27) entende que:

Assim como um bom automóvel, o desenvolvimento é o produto final de vários insumos científicos e tecnológicos, todos cuidadosamente entrelaçados para tornar o produto final funcional, confiável e de boa relação custo-benefício. O sucesso de cada projeto de desenvolvimento depende de uma série de outros insumos, a saber: um mínimo de boa governança, estado de direito e direitos humanos, potencial humano/físico local e adequado, tecnologia apropriada, uma comunidade anfitriã

receptiva e um mínimo de ordem social, acesso a verbas, equipamentos e mercados necessários, além de capacitação para dar sustentabilidade ao projeto.

Ainda para Nyerere (1974 apud GALLO, 2017), o desenvolvimento e a busca desenfreada travada pelo processo de industrialização e pelo crescimento econômico levaram muitos países a concentrar esforços na promoção do crescimento do PIB, deixando a qualidade de vida em segundo plano. O crescimento econômico passou a ser visto como meio e fim do desenvolvimento, de forma isolada, sem considerar muitos direitos humanos.

Segundo Escobar (apud ANDREWS; BAWA, 2014, p. 922):

Desenvolvimento foi e continua a ser na maior parte, uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática, que trata pessoas e culturas como conceitos abstratos, figuras estatísticas a ser movidas para cima e para baixo nos gráficos de 'progresso' [...]. Não surpreende que o desenvolvimento tenha se tornado uma força tão destrutiva nas culturas do Terceiro Mundo, ironicamente em nome dos interesses das pessoas.

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, devendo ser compreendido como um processo complexo de mudanças e transformações de ordens econômica, política e, principalmente, humana e social.

Desenvolvimento nada mais é que o crescimento, incrementos positivos no produto e na renda, transformados para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Apesar dos diversos significados atribuídos ao termo desenvolvimento, esses não conseguem se desprender das ideias vinculadas a crescimento, evolução, mudança. Questões como crescimento econômico, desenvolvimento humano são relevantes, uma vez que nem sempre andam juntas, sobremaneira nos países periféricos de intensa concentração de rendas.

O Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (apud ESTEVA, 2000, p. 68) pontua que:

O problema dos países subdesenvolvidos não é simplesmente o crescimento, mas sim o desenvolvimento [...]. Desenvolvimento é crescimento com mudanças [...]. As mudanças, por sua vez, são sociais e culturais, econômicas e qualitativas como quantitativas [...]. O conceito-chave é melhorar a qualidade de vida das pessoas. Emerge o conceito de qualidade de vida como a satisfação do mínimo vital no campo da alimentação, da habitação, da educação, da saúde etc. Diferencia-se, ao menos no plano teórico, desenvolvimento de progresso e de crescimento (ESTEVA, 2000, p. 59).

Quando se fala em crescimento econômico nem sempre se anuncia melhoria da qualidade de vida da população, haja vista que o crescimento é uma medida quantitativa, focada, principalmente, no tamanho da economia de um país, região ou estado. Entretanto, o crescimento econômico é um dos principais instrumentos para a concretização do desenvolvimento econômico, mensurado, em especial, por variáveis qualitativas.

Em contrapartida, o desenvolvimento humano é qualitativo, diretamente ligado às pessoas, àquilo que elas almejam para si e para suas famílias, cuja finalidade é o resgate ou a conquista da dignidade da pessoa humana, dos direitos fundamentais individuais e o consequente desenvolvimento dos direitos da personalidade. Importa mencionar aqui a implementação dos direitos subjetivos coletivos como educação, saúde, moradia, trabalho, lazer e alimentação.

Crescimento econômico é comumente associado à expansão da economia em um determinado período de tempo, sendo, portanto, medido por uma variável quantitativa. A medida mais utilizada para atestar o nível de crescimento de uma economia é a variação percentual do PIB. Se essa variação é positiva, diz-se que a economia está em expansão; se é negativa, diz-se que está em recessão.

O desenvolvimento econômico pressupõe melhorias econômicas aferidas por variáveis quantitativas e qualitativas. Aumento na renda per capita da população, crescimento dos níveis de emprego, melhor distribuição de renda, redução das desigualdades sociais e aumento dos níveis de desenvolvimento humano da população são alguns dos fatores considerados na aferição do desenvolvimento econômico.

O turismo, enquanto atividade econômica e social, tem efeitos diretos e indiretos na economia de uma localidade ou região. Os efeitos diretos são os resultados das despesas realizadas pelos turistas dentro dos próprios equipamentos e de apoio pelos quais o turista pagou diretamente. Os efeitos indiretos do turismo são resultantes da despesa efetuada pelos equipamentos e prestadores de serviços turísticos na compra de bens e serviços de outro tipo (BARBOSA, 2005, p. 110).

Sendo assim, o turismo com base local ou regional é de fundamental importância, pois consiste numa mediação possível para promover dinamismo econômico aos lugares, representado pela possibilidade de geração local ou regional de ocupação e renda, que, por sua vez, constitui o braço economicista da ideologia do localismo/regionalismo.

Conforme Fábria Barbosa (2005), são diversos os impactos positivos que o turismo traz a uma região ou localidade, a saber: contribui como a preservação de parques naturais, recreações ao ar livre e com a manutenção de locais históricos e arqueológicos (como atrações para turistas) que, de outra forma, podem ser deteriorados. Funciona também como incentivo para manter o meio ambiente agradável como um todo por meio do controle do ar, da água, da poluição sonora e de problemas com o lixo. Além disso, pode incentivar a melhoria da estética ambiental por meio de programas de paisagismo, *designs* adequados de construções e melhor manutenção. Ademais, a infraestrutura local de rodovias, os sistemas de água e esgoto e de telecomunicações são, em geral, otimizados por meio do desenvolvimento do turismo, o que traz benefícios econômicos e ambientais a determinada localidade. Ressalta-se ainda que o desenvolvimento de instalações turísticas bem projetadas pode promover melhorias em paisagens naturais ou urbanas que, de outra forma, podem apresentar-se tediosas e desinteressantes.

Importa mencionar que a atividade turística pode atuar como um importante fator de valorização de hábitos e costumes relativos ao cotidiano do núcleo receptor frente ao processo de globalização, uma vez que esse aspecto é fundamental para caracterizar a diferença entre locais e/ou regiões.

Ademais, no aspecto econômico, o turismo é capaz de aumentar as receitas dos municípios, gerar impostos, maximizar o recebimento de divisas, gerar ocupação e renda para a população local (BARBOSA, 2005, p. 111).

Portanto, o turismo, como meio de promoção do desenvolvimento de regiões, deve privilegiar a questão social e fazer com que a questão econômica seja uma consequência.

O TURISMO SOCIAL DO SESC COMO INDUTOR DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO DE CALDAS NOVAS E RIO QUENTE

No Brasil, o Sesc é o principal operador de turismo social. Conta com centenas de unidades em todos os estados da federação, oferecendo diversificada programação de passeios e excursões e uma rede extra-hoteleira (JÚNIOR, 2009 apud VELLOSO, 2016).

A atuação do Sesc no turismo tem influenciado políticas públicas recentes. Foi a participação da entidade nos grupos de trabalho do Ministério do Turismo, desde 2003, que inseriu o turismo social na pauta de discussões do novo Ministério. A experiência acumulada e a significativa contribuição do Sesc ao Grupo Técnico Temático ligado à Câmara de Segmentação do MTur foi decisiva para que hoje o turismo social seja um dos principais eixos do Plano Nacional do Turismo – 2007-2017 (JÚNIOR, 2009 apud VELLOSO, 2016).

Ressalta-se que o pioneirismo e a expertise do grupo em turismo social e no trabalho social com idosos também contribuíram significativamente para a formatação do programa Viaja Mais – Melhor Idade, lançado pelo Ministério do Turismo em 2007. Cabe destacar que a versão 2009 desse exitoso projeto foi lançada no Sesc Caldas Novas, em Goiás (JÚNIOR, 2009 apud VELLOSO, 2016).

Esse turismo promovido pelo Sesc difere do turismo comercial, que visa, em primeiro lugar, o lucro. O conceito dado ao turismo social pelo Sesc é bem mais amplo e tem como objetivo principal tornar o turismo acessível àqueles que não têm condições financeiras abastadas de usufruir o direito ao lazer e, em especial, ao turismo, conhecendo lugares diferentes, que poderão lhes proporcionar a sensação de pertencimento social, tornando acessível aquilo que é de caráter essencial para o desenvolvimento da vida em particular e em sociedade: o direito de lazer, de viajar e de conhecer outras culturas. Sendo assim, o turismo social que vem sendo adotado e executado pelo Sesc tem por finalidade democratizar a experiência turística, possibilitando seu acesso a indivíduos ou grupos

com alguma limitação ou dificuldade (JÚNIOR, 2009 apud VELLOSO, 2016).

Observa-se que o Sesc é uma instituição comprometida com o desenvolvimento humano e a justiça social, compromisso que se materializa na prestação de serviços de caráter socioeducativo, direcionada prioritariamente ao trabalhador do comércio de bens, serviços e turismo bem como a sua família, por intermédio de cinco programas: Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência, no âmbito dos quais são realizadas ações que, ao suprirem demandas individuais e coletivas, contribuem para assegurar melhores padrões de vida, com elevação das condições materiais e imateriais da existência de pessoas e comunidades (JÚNIOR, 2009 apud VELLOSO, 2016).

Neste sentido, importa mencionar também que o Sesc tem como finalidade promover a justiça social por meio do lazer e de serviços como educação, esporte, turismo, com vistas ao crescimento e ao desenvolvimento social em esfera nacional. A instituição fomenta políticas relacionadas com o turismo social e funciona como uma facilitadora da melhoria da qualidade de vida da sociedade, promovendo o desenvolvimento da cidadania e o bem-estar do cidadão, tanto dos comerciários como da comunidade de modo geral.

Conforme Flávia Roberta Costa, coordenadora do Turismo Social do Sesc São Paulo e Secretária para as Américas da Organização Internacional do Turismo Social (OITS Américas), “[...] o turismo social surge a partir da ideia de se ampliar o acesso das pessoas ao turismo, porém esse conceito hoje não basta. A ampliação da participação só faz sentido se forem respeitados outros direitos humanos” (SESC, 2017, p. 5).

O Sesc segue os princípios da Carta de Paz (1971), que estabelece:

A manutenção da democracia política e econômica e o aperfeiçoamento de suas instituições são considerados aos objetivos da felicidade humana. A ordem econômica deverá fundar-se no princípio da liberdade e no primado da iniciativa privada, com as limitações impostas pelo interesse nacional (SESC, 1971, p. 12).

Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação, ou antes, uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente (HOLANDA, 1995, p. 32).

Por isso, o Sesc, como uma entidade privada e que promove programas de desenvolvimento social, beneficiando a cada ano milhares de brasileiros, cumpre papel importante em economias regionais.

Nota-se que os comerciários e seus familiares, bem como o público em geral, são bem atendidos e contam com modernos centros culturais, bibliotecas, quadras poliesportivas, teatros, restaurantes, cinemas, salas de

aula, clínicas odontológicas, hospedagem e áreas de proteção ambiental, dentre outros serviços (SANTOS; FALCÃO; SILVA, 2007).

O âmbito de atuação do Sesc não se restringe a regiões mais desenvolvidas economicamente, como é o caso da região Sudeste do país, estando presente também nas demais regiões, como no Centro-Oeste. O estado de Goiás, por exemplo, possui um grande patrimônio cultural de edifícios históricos, festas folclóricas, uma farta diversidade gastronômica e tradições preservadas.

A região das águas quentes de Caldas Novas e de Rio Quente é o destino preferido dos usuários do Sesc. A região é famosa por suas águas termais, provenientes das camadas profundas do subsolo, sendo ponto de encontro de praticantes de esportes náuticos. O Parque Estadual da Serra de Caldas protege o lençol da região e concentra as nascentes das águas aquecidas da cidade.

A Figura 1 mostra a localização da Serra de Caldas Novas/Rio Quente (Pescan). Essa área, segundo diversos estudos empreendidos na região, consiste em uma das mais importantes recargas dos aquíferos hidrotermais da região de Caldas Novas e Rio Quente, os quais constituem as potencialidades turísticas da região (SECIMA, 2019).

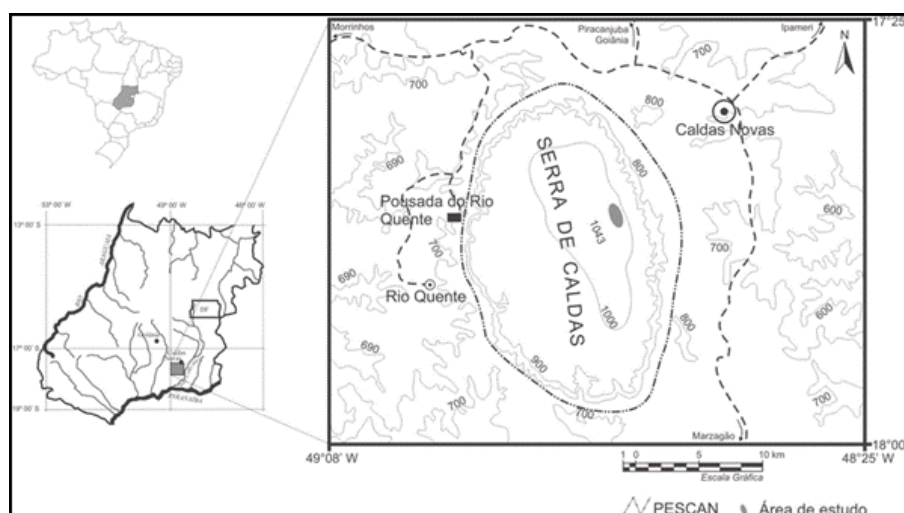


Figura 1

– Mapa de localização do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas/Rio Quente

Fonte: Researchgate (2006).

Caldas Novas alcançou nos últimos anos um desenvolvimento surpreendente gerado pela expansão de sua maior vocação econômica: o turismo. Com Rio Quente, formam o maior complexo hidrotermal do Brasil, além de possuir o terceiro parque hoteleiro do país, com 23.052 leitos em seus 93 hotéis, pousadas, pensões, flats e vários condomínios residenciais. É o triplo da capacidade da capital do estado de Goiás, Goiânia, que tem 7.500 leitos (INSTITUTO MAURO BORGES, 2019).

Na Microrregião de Caldas Novas e Rio Quente, o comércio, bastante dinâmico, tem aproximadamente 1000 estabelecimentos; a indústria, com mais de 100 empresas, diversifica-se e começa explorar segmentos da

cadeia produtiva do turismo; o setor de construção civil aproveita o boom de novos empreendimentos (INSTITUTO MAURO BORGES, 2019).

E ainda: Caldas Novas possui um aeroporto com uma área coberta de 2.980 metros quadrados e conta com sala de espera para 200 pessoas. A pista do aeroporto conta com 2.100 metros, tendo capacidade para receber grandes aeronaves. Atualmente, Caldas Novas recebe em torno de 40 voos fretados por mês, com fluxo de 8 mil pessoas. As empresas que atuam no terminal são a BRA, a TAM e a Azul Linhas Aéreas Brasileiras. Esta última conta com um voo que sai de Campinas (Viracopos) para Caldas Novas. A ligação com o aeroporto campineiro serve para atender aos clientes do interior de São Paulo, já que mais de 60% dos hóspedes do *resort* goiano são provenientes desse estado (BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015, p. 18).



Figura 2

– Vista aérea da cidade de Caldas Novas no estado de Goiás Brasil

Fonte: Mochileiro (2017).

A Figura 2 mostra uma cidade em pujante crescimento urbano, em virtude da ampliação da infraestrutura e da promoção de eventos atrativos, a fim de promover o desenvolvimento econômico não somente da cidade, mas também de toda a região (RODRIGUES, 2008 apud MESQUITA, 2018).

O Rio Quente Resorts é um complexo turístico situado na cidade de Rio Quente, em Goiás, distante 28 km de Caldas Novas. Desde sua implantação e constante crescimento, influenciou e causou grandes alterações no trânsito da cidade de Caldas Novas, pois todo seu fluxo usa a cidade como passagem.

Esse complexo possui extrema importância para a atração de turistas. Como o próprio nome sugere, é um aglomerado turístico que oferece muitos atrativos, também direcionados ao turismo das “águas quentes”, aliado ao turismo ecológico, pois o empreendimento foi construído em

meio à natureza, e essa é uma das principais características exploradas pelo complexo.

A ampliação da malha viária na região foi de suma importância para o desenvolvimento do turismo regional, pois propiciou um amplo deslocamento de pessoas e mercadorias. A ampliação dos sistemas de transportes ocorreu em todos os níveis, pois, com a implantação do aeroporto de Caldas Novas, a região passou a ter uma ligação ainda maior com outras regiões do estado e do país (RODRIGUES, 2008 apud MESQUITA, 2018).

Por fim, importa mencionar que a clientela específica do Sesc, o comerciário e sua família, caracteriza-se por ter emprego e renda. Contudo, parcela majoritária dessa clientela possui uma baixa renda. As causas sociais e econômicas, que produzem imensos contingentes de trabalhadores, cujos salários são insuficientes para atender às suas necessidades básicas e às de suas famílias, tenderão a ser atenuadas com o crescimento econômico e a melhor distribuição de renda, de tal modo que todos possam prover com dignidade o seu sustento e ter acesso a serviços públicos essenciais, que atendam com eficiência aos que a eles recorram (SESC, 2016).

Assim, é imperativo assegurar recursos e estratégias que visam à institucionalização de uma cultura de aprendizagem contínua, articulando gestão, formação e prestação de serviços na concepção e sistematização de oportunidades de formação profissional, educação permanente e desenvolvimento continuado dos funcionários do Sesc. Independentemente do tamanho do município, de sua população e dos números relativos às atividades do segmento terciário da sua economia, todo trabalhador do comércio de bens, serviços e turismo tem direito a expectativas de atendimento em algum tipo de serviço oferecido pelo Sesc, tendo em vista a missão institucional e o caráter compulsório da contribuição (SESC, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que o turismo contribua efetivamente para a superação das diversas formas de vulnerabilidade e exclusão social, não basta à ação isolada do poder público, não são suficientes políticas governamentais, nem mesmo a mobilização estanque de determinados setores da sociedade.

O reconhecimento de uma entidade como representativa de uma atividade ou setor decorre da sua atuação junto aos órgãos e instituições governamentais e privadas por meio de políticas públicas eficazes e comprometidas com o bem-estar da população trabalhadora resulta em uma sociedade menos injusta, visto que a história do Brasil é marcada por desrespeitos de toda ordem.

Por fim, conforme Rummert e Ribeiro (2016), considerando a origem, a história, os princípios básicos e o meio em que atua, o Sesc reafirma as finalidades que lhe deram origem, que são o de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores no comércio e seus dependentes, e contribuir, no âmbito de suas áreas de ação, para o

desenvolvimento econômico e social, participando do esforço coletivo para assegurar melhores condições de vida para todos.

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, N.; BAWA, S. A Post-development Hoax? (Re). Examining the Past, Present and Future of Development Studies. **Third World Quarterly**, v. 35, n. 6, p. 922-938, 2014.
- BAENINGER, R.; CANALES, A. **Migrações Fronteiriças**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População (Nepo/Unicamp), 2018.
- BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Caminhos de Geografia**, v. 10, n. 14, p. 107-114, fev. 2005.
- BARBOSA, Y. M. **História das viagens e do turismo**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2005.
- BOLT, J. et al. Rebasing 'Maddison': The shape of long-run economic development. 2018. Disponível em: <<https://voxeu.org/article/rebasing-maddison>>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Índice de competitividade do turismo nacional**: Caldas Novas. Sebrae Nacional, Fundação Getúlio Vargas, 2015.
- CHEIBUB, B. L. A invenção do “Turismo Social” no Serviço Social do Comércio (Sesc). In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO; 10. Universidade de Caxias do Sul, 2013. Anais... Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2013. Disponível em: <[https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/10/\[101\]x_anptur_2013.pdf](https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/10/[101]x_anptur_2013.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2019.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 59-60.
- FERNANDES, A. T. O poder local e turismo social. **Revista da Faculdade de Letras: Sociologia**, v. 12, p. 9-26, 2015.
- GALLO, F. B. G. **Andando à procura dessa vida**: dinâmicas de deslocamento na província de Tete-Moçambique, do colonialismo tardio à mineradora Vale. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Governo de Goiás. Caldas Novas e Rio Quente. 2019. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/viewcad.asp?id_cad=1200>. Acesso em: 05 mar. 2019.
- KASTENHOLZ, E. et al. Understanding and managing the rural tourism experience: the case of a historical village in Portugal. **Tourism Management Perspectives**, n. 4, p. 207-214, 2012.
- MARANHÃO, C. H. S. O turismo como tema de pesquisa no âmbito da pós-graduação stricto sensu em Geografia no Brasil. **Sociedade e Território**, Natal, v. 30, n. 2, p. 6-30, 2019.
- MESQUITA, A. P. de. **O município e o planejamento para além do perímetro urbano**: o rural e os distritos rurais do sul goiano. 2018. 330 f. Tese

- (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2018.
- MOCHILEIRO. Cidade de Caldas Novas. 2017. Disponível em: <<http://mochileiro.tur.br/caldas-novas.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2019.
- NAKASHIMA, S. K.; CALVENTE, M. C. M. H. A História do turismo: epítome das mudanças. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 1-20, maio/ago. 2016.
- PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- RESEARCHGATE. Mapa de localização do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas. 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-do-Parque-Estadual-da-Serra-de-Caldas-Novas-PESCAN-GO_fig1_26427272>. Acesso em: 20 fev. 2019..
- RUMMERT, S. M.; RIBEIRO, A. A. C. Trabalho e lazer regidos pela mesma lógica de conformação: o caso dos comerciários no SESC entre as décadas de 1940 e 1970. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 55, p. 101-129, jul./dez. 2016.
- SANTOS, P. C.; FALCÃO, C. H. P.; SILVA, L. A. G. **Modelo da atividade turismo social: módulo de turismo emissivo**. Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2007.
- SECIMA. **Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos**. Goiás, 2019.
- SESC (SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO). Departamento Social. **Carta da paz social**. Rio de Janeiro, 1971.
- SESC (SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO). **Cadernos Sesc de Cidadania**. São Paulo, 2011.
- SESC (SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO). **Diretrizes para o Quinquênio: 2016/2020**. Rio de Janeiro, 2016.
- SESC (SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO). **Cadernos Sesc de Cidadania: Ética no Turismo**, São Paulo, ano 8, n. 12, 2017. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/edicao_revista/fd361d90/497e/4ee4/87d3/252f5e26bf7b.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2019.
- STACCIARIN, J. H. R.; CABRAL, R. R. B.; BORGES, U. C. dos S. **Urbanização e turismo: as águas termais de Caldas Novas (GO)**. Goiás: Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. Núcleo de Estudo e Pesquisa Socioambientais (NEPSA), 2018.
- TANG, L. R. The application of social psychology theories and concepts in hospitality and tourism studies: A review and research agenda. **International Journal of Hospitality Management**, v. 36, p. 188-196, 2014.
- VELLOSO, M. H. M. M. **Gestão de projetos no turismo: uma proposta de adequação metodológica para o turismo social**. 2016. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2016.